

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 17ª reunião – 28/08/2024
(6ª de 2024)

PAUTA RESUMIDA

1. [40 min] Pauta 1 - Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches nos municípios do Mato Grosso
Objetivo: <ul style="list-style-type: none">a) Discutir os avanços na mobilização para a inclusão de recursos destinados à construção e ampliação de vagas em creches no PLDO/2025, conforme as diretrizes estabelecidas no PPA 2024-2027;b) Atualizar sobre o andamento da destinação dos recursos orçamentários previstos na LOA/2024 para a construção e ampliação de creches em Mato Grosso.
Tempo: Total: 40 min 20 min de apresentação + 20 min de debates e encaminhamentos
Responsáveis: Cassyra Vuolo - TCE-MT; Marcelo de Barros - Seduc-MT e Waldna Fraga - AMM
2. [40 min] Pauta 2 - Levantamento de dados sobre creches e pré-escolas nos municípios de Mato Grosso em 2024
Objetivo: Apresentar os resultados do levantamento realizado em 2024 sobre a oferta de vagas, infraestrutura, orçamento e desafios na expansão das creches e pré-escolas em Mato Grosso.
Tempo: Total: 40 min 20 min de apresentação + 20 min de debates e encaminhamentos
Responsáveis: Volmar Bucco - TCE-MT e Willer Moravia - Instituto Articule

RESUMO EXECUTIVO

1. Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches nos municípios do Mato Grosso

A destinação de recursos orçamentários para a expansão de vagas em creches nos municípios do Mato Grosso tem emergido como uma prioridade crescente no cenário político e educacional do estado. Com a participação ativa do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT), a pauta tem ganhado relevância e avançado de forma significativa, refletindo o compromisso com a educação infantil e com o pleno desenvolvimento das crianças mato-grossenses.

Atualmente, o Gaepe-MT está empenhado em garantir os recursos necessários para a construção e ampliação de creches no estado. Esse esforço se concentra em duas frentes principais: a aplicação efetiva dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de

2024 e a inclusão de novos recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, e posteriormente na LOA de 2025.

No âmbito da LOA/2024, o Gaepe-MT desempenhou um papel crucial ao articular de forma estratégica com a Secretaria de Educação (Seduc-MT) e o Executivo estadual, visando garantir a aplicação dos recursos destinados à construção e ampliação de creches. Essas ações resultaram na destinação de cerca de R\$ 20 milhões para a construção de 15 creches em 14 municípios do estado, com o apoio do Gaepe-MT na apresentação dos projetos pelos municípios aptos a receberem os repasses, assegurando assim a utilização eficaz dos recursos orçamentários para mitigar o déficit de vagas em creches.

No mês de julho, essas articulações incluíram a reunião do Conselheiro Antonio Joaquim com o Vice-governador Otaviano Pivetta, para discutir a destinação dos recursos previstos na LOA/2024, com foco específico no aumento das vagas em creches, assegurando que as ações previstas fossem concretizadas em benefício das comunidades atendidas.

Acerca da LDO/2025, ainda no mês de julho de 2024, ocorreu a primeira audiência pública destinada a discutir em detalhes a receita e despesa do valor previsto pelo Governo do Estado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Na ocasião, foi entregue um ofício pelo Gaepe-MT ao presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Deputado Eduardo Botelho, solicitando que os recursos previstos no Plano Plurianual 2024-2027 para a construção e ampliação de creches no estado fossem devidamente incorporados na LDO/2025.

Na 16ª reunião do Gaepe-MT, realizada em 31 de julho de 2024, a pauta da expansão de vagas em creches foi amplamente discutida, destacando a urgência em solucionar os desafios burocráticos que têm impedido a execução dos projetos. Diante desse cenário, foram definidos encaminhamentos estratégicos para assegurar que os recursos alocados sejam aplicados de maneira eficiente. Entre as decisões e encaminhamentos, destacaram-se: (1) a necessidade de um acompanhamento constante das tratativas relacionadas à aplicação dos recursos previstos na LOA/2024; (2) a comunicação periódica sobre o progresso das obras e convênios em 2024; (3) o acompanhamento das tratativas relativas à previsão dos recursos para a construção e ampliação de creches na LDO e na LOA/2025; e, (4) a elaboração de uma matriz de risco sobre atendimento e fila de espera nas creches de Mato Grosso para orientar a criação de novas vagas nas creches municipais.

No mês de agosto, destaca-se a correspondência oficial entre a Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT e a Seduc-MT. Em 05 de agosto de 2024, a Copec/TCE-MT, por meio do Ofício 463/2024/GAB-AJ, solicitou informações à Seduc-MT sobre as tratativas para efetivar a pactuação do estado com os municípios selecionados para a conclusão das obras inacabadas de creches, utilizando os recursos estaduais. Este ofício sublinhou a importância da aplicação dos R\$ 20 milhões, como parte dos recursos previstos na LDO de 2024, e pediu esclarecimentos sobre o progresso das ações.

Em resposta, no dia 13 de agosto de 2024, a Seduc-MT, através do Ofício 26032/2024/GD/SEDUC, comunicou que estava em tratativas com os 14 municípios envolvidos para regularizar a documentação necessária e que, paralelamente, estava em tramitação um Decreto para regulamentar a transferência financeira aos municípios. A Seduc-MT ressaltou que a transferência dos recursos será realizada após a conclusão das tratativas e a observância dos procedimentos legais, respeitando as exigências da legislação eleitoral vigente.

Sobre a LDO/2025, após a solicitação do Gaepe-MT, em 07 de agosto de 2024, os Deputados Eduardo Botelho e Thiago Silva apresentaram as Emendas 8 e 9 ao PLDO/2025 (Projeto de Lei nº 1173/2024), alinhando as diretrizes orçamentárias de 2025 à necessidade de expansão de vagas em creches em Mato Grosso. As emendas foram justificadas pela ausência de previsão de recursos no PLDO de 2025, o que está em desacordo com o PPA 2024 - 2027, especificamente na Ação de Infraestrutura da Educação Infantil. O levantamento sobre vagas em creches realizado pelo Gaepe-MT é citado em ambas as emendas para evidenciar a urgência de alocar recursos específicos na LDO e LOA de 2025.

No dia 20 de agosto de 2024, durante a audiência pública organizada pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento Orçamentário (CFAEO) para debater o PLDO/2025, foi enfatizada a importância de garantir recursos para a expansão de vagas em creches no estado de Mato Grosso. As ações do Gaepe-MT foram destacadas pelas integrantes do gabinete presentes na mesa, Dra. Cassyra Vuolo (TCE-MT) e Dra. Luziane Castro (DPE-MT), que ressaltaram o compromisso contínuo com a melhoria da educação infantil no estado.

Na ocasião, um documento detalhando os esforços já realizados e as necessidades identificadas para assegurar a aplicação eficaz dos recursos previstos na LOA/2024 e a inclusão de verbas na LDO/2025 foi entregue pela Dra. Cassyra Vuolo ao presidente da CFAEO, Deputado Carlos Avallone. Juntamente com a entrega do documento, foi solicitado ao deputado que intercedesse junto às Secretarias de Fazenda (Sefaz) e de Planejamento e

Gestão (Seplag) para garantir a correção dos aspectos técnicos que ainda inviabilizam a plena aplicação dos recursos, bem como a inclusão adequada das demandas de creches no planejamento orçamentário de 2025, evitando assim a necessidade de futuras emendas corretivas.

Para garantir que os esforços do Gaepe-MT sejam devidamente incorporados nas leis orçamentárias, é crucial acompanhar atentamente os prazos vigentes para a discussão e aprovação do PLDO e do PLOA de 2025, conforme detalhado abaixo:

Projeto	Data limite	Horário/Local	Ação
PLDO	13/09/24	N/A	Fim do prazo para apresentação de emendas
	17/09/24	N/A	Parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária
	18/09/24	A definir	Segunda votação
PLOA	30/09/24	N/A	Encaminhamento do PLOA
	05/11/24	9:00/sala 202	Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça
	21/11/24	14:30/sala 202	Reunião ordinária na Comissão de Constituição e Justiça

Considerando as etapas da mobilização já alcançadas, a reunião do dia 28/08/2024 tem como objetivo detalhar os últimos acontecimentos e discutir as próximas estratégias a serem adotadas pelo Gaepe-MT visando tanto a inclusão de recursos para a construção e ampliação de vagas em creches nas leis orçamentárias (LDO e LOA) de 2025 quanto a utilização dos recursos previstos na LOA de 2024.

2. Levantamento de dados sobre creches e pré-escolas nos municípios de Mato Grosso em 2024

A presente pauta, que estava prevista para ser discutida na reunião do Gaepe-MT em 31 de julho de 2024, não pôde ser abordada devido à limitação de tempo. Em conformidade com a deliberação da governança, ela foi transferida para esta reunião, agendada para o dia 28 de agosto de 2024, com o objetivo de assegurar uma discussão mais aprofundada dos resultados do diagnóstico.

Em maio de 2024, o Gaepe-MT coordenou o segundo levantamento de vagas em creches nos municípios do estado. Além das vagas em creches, o levantamento deste ano incluiu, pela primeira vez, a coleta de dados sobre a oferta de vagas na pré-escola. Sob a coordenação da equipe da Copec/TCE-MT, e com o apoio da Undime, da Uncme e da AMM, a taxa de resposta foi de 100%. A seguir, estão apresentados alguns dados levantados no diagnóstico.



Oferta de Vagas em Creches Públicas

- Vagas integrais: 70% dos municípios oferecem vagas integrais.
- Vagas parciais: 94% dos municípios oferecem vagas parciais.
- Total de vagas: 30.314 vagas integrais e 52.728 vagas parciais, totalizando 83.042 vagas em creches públicas.

Matrículas em creches privadas (com e sem fins lucrativos)

- Dos 141 municípios respondentes, 8 declararam manter convênios com creches sem fins lucrativos, contratando um total de 2.216 vagas.
- 1 município informou a contratação de 13 vagas em creches privadas com fins lucrativos.
- Além disso, os municípios relataram que nas creches sem fins lucrativos, sem a participação do poder público, há um total de 4.266 crianças matriculadas.

Idade mínima para atendimento em creche

- 72% dos municípios utilizam idade mínima para atendimento em creches, variando de 1 a 36 meses.

Fila de espera

- Existência de fila de espera: 56% dos municípios têm fila de espera, totalizando 12.175 demandas manifestas por vagas nas creches.
- Disponibilidade da lista de espera na internet: Apenas 30% dos municípios disponibilizam a lista de espera online.
- Judicialização para vagas: 13% dos municípios enfrentam processos judiciais relacionados à disponibilização de vagas em creches.

Conhecimento e utilização da Nota Técnica Gaepe-MT 001/2023

- 77% dos municípios conhecem a Nota Técnica, que é utilizada por 66% dos municípios.

Critérios de priorização de alocação de vagas

- 57% dos municípios adotam critérios de priorização para fila de espera, como deficiência, situação de violência doméstica, políticas de distribuição de renda condicionada, acolhimento institucional, entre outros.

Profissionais nas creches

- Professores disponíveis: 96% dos municípios possuem professores disponíveis para creche.
- Total de professores: 4.276 concursados (60%) e 2.791 temporários (40%).



- Qualificação: 17% dos professores que atuam nas creches não têm curso superior concluído.
- 57% dos municípios declararam a existência de atendimento por profissionais que não são professores, realizando cuidados com a criança, como higiene e alimentação, e em menor grau, atividades pedagógicas e outras funções diversas.

Estrutura das creches

- Total de creches: 763 creches (500 públicas, 228 privadas, 35 filantrópicas).

Obras e ampliação de vagas

- Construção de creches: 28% dos municípios têm obras de construção de creches em andamento, enquanto 15% têm obras paralisadas.
- Fonte de recursos para obras: Principalmente recursos próprios do município (31%) e do governo federal (26%).
- Motivos para paralisação das obras: Problemas de licitação, falta de recursos, defasagem na planilha de custos, e alguns municípios aguardam nova pactuação com o FNDE.
- Principais dificuldades para ampliação de vagas: Espaço físico (62%), recursos financeiros (54%), e falta de apoio parlamentar (22%).

Plano de expansão

- 56% dos municípios não elaboraram um plano de expansão de vagas em creches.
- 10% dos municípios declararam não ter plano de expansão por falta de conhecimento.

Pré-escolas

Matrículas na pré-escola

- 97.857 matrículas nas pré-escolas da rede pública e 1.300 matrículas em pré-escolas de instituições sem fins lucrativos conveniadas, totalizando 99.157 matrículas.

Fila de espera

- Existência de fila de espera: 6% dos municípios têm fila de espera, totalizando 475 demandas manifestas por vagas nas pré-escolas dos municípios.
- Controle da fila de espera: 8% dos municípios realizam o controle da fila de espera.
- Disponibilidade da lista de espera na internet: Apenas 2% dos municípios disponibilizam a lista de espera online.
- Judicialização para vagas: 6% dos municípios enfrentam processos judiciais relacionados à disponibilização de vagas em pré-escolas.

Profissionais nas pré-escolas

- Total de professores: 2.776 concursados (53%) e 2.454 temporários (47%).

- Qualificação: 10% dos professores que atuam nas pré-escolas não têm curso superior concluído

É importante destacar que todos os dados apresentados foram autodeclarados pelos municípios e estão atualmente em fase de análise para garantir sua consistência e consolidar os resultados. Portanto, solicita-se aos integrantes da governança que se abstenham de divulgá-los a terceiros até a conclusão desse processo.

NOTÍCIAS

RETRATO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL TEM 100% DE PARTICIPAÇÃO: Todos os 5.570 municípios do Brasil e o Distrito Federal responderam ao levantamento nacional promovido pelo Ministério da Educação (MEC), Gabinete de Articulação pela Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) e outras instituições. O estudo, denominado "Retrato da Educação Infantil no Brasil: Acesso e Disponibilidade de Vagas", visa coletar dados sobre o acesso à educação infantil para criar um plano de ação voltado à expansão da oferta de vagas em creches e pré-escolas. A participação de todos os entes federativos em apenas 48 dias é inédita e os dados coletados serão organizados para formular soluções para os desafios da educação infantil no país. A divulgação das análises ocorrerá em breve. A iniciativa faz parte de um esforço colaborativo entre diversas entidades, incluindo o MEC, Instituto Articule, Atricon, IRB, CNJ, RNPI, FMCSV, Uncme, Undime, Unicef e o TCU.

[Link para a notícia](#)

IDEB 2023: MATO GROSSO SUPERA META NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. No Ideb 2023, Mato Grosso apresentou desempenho positivo nos anos iniciais do ensino fundamental, com uma nota de 6,0, superando a meta estabelecida de 5,9. Contudo, o ensino médio não conseguiu atingir a taxa esperada, registrando uma nota de 4,2, abaixo da meta de 4,4, embora tenha melhorado em relação ao Ideb de 2021. Em Cuiabá, o desempenho foi inverso ao do estado, enquanto o ensino fundamental ficou abaixo das expectativas, o ensino médio superou a meta prevista, atingindo 4,1. O Ideb avalia principalmente o desempenho em matemática e língua portuguesa, além do fluxo escolar, destacando áreas de progresso e desafios para a educação no estado.

[Link para a notícia](#)

TCE-MT LANÇA GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO. A Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) lançou o "Glossário da Educação" com o objetivo de facilitar a compreensão de termos e expressões comuns na área da educação. O glossário busca atrair mais pessoas para se engajarem na causa da Educação Pública, através da apresentação do vocabulário da comunidade escolar para leitores que, por algum motivo, desconhecem o significado dos termos comumente utilizados na área.

[Link para o glossário](#)

MPMT AVALIA ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) lançou a pesquisa "Abraçando as Diferenças" para avaliar o atendimento, acolhimento e ensino às Pessoas com Deficiência nas redes pública e privada do estado. O diagnóstico visa melhorar a qualidade do atendimento educacional especializado, com foco na articulação, capacitação e sensibilização de profissionais. A pesquisa, confidencial, ficará disponível até 12 de setembro e servirá de base para futuras políticas de educação inclusiva e destinação de recursos específicos.

[Link para a notícia](#)

IX CONGRESSO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. Entre 21 e 23 de agosto, Cuiabá sediou o IX Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos da Infância e Juventude, na Faculdade de Tecnologia SENAI MT - Fatec Senai. O evento, organizado pela CONDEGE e pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, discutiu a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital. A programação incluiu palestras sobre cibercultura, uma roda de conversa com jovens e o III Encontro Multidisciplinar com psicólogas e assistentes sociais.

[Link para a notícia](#)

BRASIL ATINGE META DO IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O Ministério da Educação divulgou os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023, revelando que o Brasil alcançou a meta de 6 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental, um índice que varia de 0 a 10. Este resultado marca a conquista da meta estabelecida em 2007. Em 2021, o índice era 5,8 e, em 2019, 5,9. O ministro da Educação, Camilo Santana, comemorou o resultado, destacando a superação das dificuldades trazidas pela pandemia. O presidente do Inep, Manuel Palacios, também celebrou o avanço, enfatizando a melhoria nas taxas de aprovação nos primeiros anos do ensino fundamental, em comparação com o início dos anos 2000. Apesar do sucesso, ele ressaltou a necessidade de continuar avançando para reduzir as desigualdades educacionais. Nos resultados específicos, o desempenho do 5º ano do ensino fundamental cresceu em matemática e língua portuguesa em comparação a 2019. No entanto, os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio ficaram abaixo das metas estabelecidas, com notas de 5 e 4,3, respectivamente. O Paraná e o Ceará se destacaram entre os estados, com as notas mais altas no Ideb, superando a média nacional.

[Link para a notícia](#)

IDEB 2023: SÓ TRÊS REDES ESTADUAIS BATERAM META DO ENSINO MÉDIO; VEJA A LISTA DE TODOS OS ESTADOS: Apenas as redes estaduais de Goiás, Pernambuco e Piauí atingiram a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no ensino médio em 2023, a etapa mais desafiadora do país. Especialistas apontam que a pandemia de Covid-19 prejudicou o progresso em diversos estados. A reformulação do ensino médio, iniciada com a reforma aprovada em 2017 e implementada a partir de 2022, ainda não teve impacto significativo nos resultados do Ideb na maioria dos estados, exceto em São Paulo, que implementou o novo modelo em toda a rede em 2021. O Ideb é calculado a cada dois anos, combinando as notas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com a taxa de aprovação dos alunos.

[Link para a notícia](#)

ESTRATÉGIAS QUE IMPULSIONARAM ALGUNS DESTAQUES NO IDEB 2023: Os estados de Goiás, Pará, Espírito Santo, Ceará e Paraná se destacaram no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023, graças a estratégias pedagógicas e administrativas bem-sucedidas. Entre os fatores decisivos para o sucesso, estão a valorização dos professores, com aumento de salários, programas de recuperação de aprendizagem, investimentos em infraestrutura, regimes de colaboração com os municípios, programas de educação integral e avaliações diagnósticas constantes. Destaques por Estado: Pará: O estado saltou da penúltima colocação no ensino médio em 2021 para o 6º lugar em 2023. A valorização dos professores, com um dos maiores salários do Brasil, e o monitoramento constante da aprendizagem foram fundamentais. A infraestrutura escolar também foi melhorada, com 150 escolas reconstruídas e melhores condições de merenda e transporte. O regime de colaboração com os municípios e a valorização de alunos e professores que se

destacam também contribuíram para o avanço; Goiás: Manteve-se no topo do ranking, com o melhor desempenho no ensino médio (Ideb de 4,8) na rede estadual. A formação contínua de professores com foco na prática, programas de incentivo à permanência escolar, como o "Bolsa Estudo", e o acompanhamento pedagógico consistente foram fatores-chave. A Secretaria de Educação foi questionada sobre a transferência de estudantes para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que pode ter impactado os dados. Espírito Santo: A ampliação da rede de ensino integral foi um dos principais fatores para o destaque do estado, especialmente em Vitória. O regime de colaboração com os municípios, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão, também foi decisivo para fortalecer a aprendizagem desde a educação infantil; Paraná: Manteve-se entre os primeiros colocados no Ideb, com destaque para o desempenho em matemática. A formação continuada dos professores, aprimoramento na seleção de gestores escolares, avaliação diagnóstica trimestral e investimentos em alimentação escolar e materiais didáticos foram as principais estratégias adotadas; Ceará: O estado avançou rapidamente em direção ao ensino integral, com mais de 512 escolas com carga horária ampliada, sendo 367 delas focadas na profissionalização dos jovens. A busca pela equidade, o combate ao abandono escolar e o fortalecimento da alfabetização, por meio do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Paic), foram decisivos para o sucesso. Esses estados mostram que a combinação de valorização dos professores, infraestrutura adequada, programas de recuperação de aprendizagem e um monitoramento constante do desempenho dos alunos são fatores que impulsionam a qualidade da educação e os resultados no Ideb.

[Link para a notícia](#)

NOVO ENSINO MÉDIO É SANCIONADO COM VETO À MUDANÇA NO ENEM: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reforma o novo ensino médio, mas vetou trechos sobre mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Lei nº 14.945/2024, publicada no Diário Oficial da União, previa a inclusão dos itinerários formativos no Enem a partir de 2027, mas o governo argumentou que isso comprometeria a equivalência das provas e poderia aumentar as desigualdades de acesso ao ensino superior. A implementação das reformas deve começar em 2025 para novos alunos, com um período de transição para os atuais. A nova lei mantém a carga horária da formação geral básica em 2,4 mil horas, com mais 600 horas dedicadas a itinerários formativos, totalizando 3 mil horas. A formação técnica também será ajustada para 2,1 mil horas de formação geral e 900 horas de ensino profissionalizante. A obrigatoriedade de ensino da língua espanhola foi rejeitada, mantendo apenas o inglês como obrigatório, com possibilidade de inclusão do espanhol conforme disponibilidade. As disciplinas optativas no ensino médio agora deverão seguir diretrizes nacionais, limitando as opções dos itinerários formativos a quatro áreas principais: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas.

[Link da notícia](#)

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TERÁ 13 NOVOS CONSELHEIROS: A Presidência da República nomeou 13 novos conselheiros para o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado do Ministério da Educação (MEC) com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação. A nomeação foi feita por decreto presidencial publicado em 5 de agosto. Os novos conselheiros são representantes da sociedade civil com reconhecida contribuição nas áreas de educação, ciência e cultura. Para ser conselheiro do CNE, é necessário ser brasileiro e ter prestado serviços relevantes nas áreas mencionadas, conforme a Lei nº 9.131/1995. O CNE conta com 24 conselheiros, sendo 22 da sociedade civil e dois membros natos do MEC. O Conselho é composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, que recebem indicações de entidades da sociedade civil. Os novos conselheiros da Câmara de Educação Básica são: Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice

Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos Batista, Maria do Pilar Lacerda, e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa. Para a Câmara de Educação Superior, os nomeados são: Celso Niskier, Ludhmila Abrahão Hajjar, Maria Paula Dallari Bucci, Mônica Sapucaia Machado e Otávio Luiz Rodrigues Junior. O CNE tem a missão de assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento e consolidação da educação nacional de qualidade. O Conselho formula e avalia a política nacional de educação, zela pela qualidade do ensino e assegura o cumprimento da legislação educacional.

[Link para a notícia](#)

MEC AMPLIA FINANCIAMENTO PARA TEMPO INTEGRAL E MODALIDADES DE ENSINO: O Ministério da Educação (MEC) publicou a Resolução nº 05/2024, aumentando os fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 2025. As novas regras, aprovadas pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF), incluem fatores específicos para educação integral, indígena, quilombola e profissional e tecnológica de nível médio. A iniciativa visa promover oportunidades a estudantes mais vulneráveis e melhorar a qualidade do ensino, com matrículas em tempo integral recebendo maior ponderação. Paralelamente, a Resolução nº 4, de 26 de julho de 2024, aprova metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão e indicadores para distribuição dos recursos da complementação-VAAR e VAAT do Fundeb para 2025. A CIF estabeleceu metodologias para verificar a participação dos estudantes em avaliações nacionais e a redução das desigualdades educacionais, simplificando os indicadores utilizados para esses fins. As mudanças refletem um esforço para alinhar o financiamento educacional às prioridades nacionais e fortalecer as redes de ensino, especialmente nas áreas mais vulneráveis.

[Link para a notícia 1](#) [Link para a notícia 2](#)

MEC REALIZA VI SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE INDÍGENA: Em Tabatinga (AM), o Ministério da Educação (MEC) deu continuidade à série de debates para subsidiar a criação da Universidade Indígena. O sexto encontro, organizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), ocorreu em 25 de julho, reunindo 416 participantes de várias etnias indígenas. O objetivo dos seminários é escutar os povos originários sobre a criação da Universidade Indígena e garantir que a instituição reflita suas culturas. Fernanda Frade, coordenadora de Educação Escolar Indígena da Secadi/MEC, destacou a importância de relacionar a universidade com a educação básica e a formação de professores indígenas, considerando que muitos ainda não possuem ensino superior completo. Os seminários, realizados em parceria com a Funai e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), ocorrerão em 12 estados brasileiros. A criação da Universidade Indígena é uma demanda histórica dos povos originários, apresentada nas Conferências Nacionais de Educação Escolar Indígena (Coneei) I e II, realizadas em 2009 e 2018.

[Link para a notícia](#)

PNAE FARÁ PARTE DA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), será compartilhado com outros países no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Proposta pelo Brasil e aprovada no G20, a aliança visa erradicar a fome e a pobreza até 2030, promovendo políticas públicas eficazes. O Pnae, um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, atende mais de 40 milhões de estudantes e oferece 50 milhões de refeições diariamente, destacando-se como uma política crucial para combater a insegurança alimentar. O Brasil compartilhará sua experiência em alimentação escolar e outras políticas sociais com governos, organizações internacionais e instituições filantrópicas. O lançamento oficial da

iniciativa ocorrerá na Cúpula de Líderes do G20 em novembro, com o objetivo de obter apoio político, recursos financeiros e conhecimento técnico para implementar políticas públicas comprovadamente eficazes.

[Link para a notícia](#)

VISITA DOMICILIAR PODE REDUZIR MORTALIDADE NEONATAL E AJUDA A IDENTIFICAR DOENÇAS EM CRIANÇAS: Programas de visitação domiciliar, como o "Família que Acolhe" em Boa Vista (RR), têm mostrado impacto significativo na vida de famílias e crianças. Essas visitas, que acompanham as mães desde a gravidez até o início da educação formal das crianças, ajudam a promover o desenvolvimento integral dos pequenos, focando não apenas na saúde física, mas também no ambiente familiar, saúde mental e educação. Estudos realizados pelo Centro de Desenvolvimento Infantil da FMUSP indicam que essas visitas contribuem para a redução da mortalidade neonatal e melhoram o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional das crianças. Projetos como o "Criança Feliz", que opera em diversas regiões do Brasil, também integram a visitação domiciliar como uma estratégia para apoiar o desenvolvimento infantil, embora desafios de implementação e o impacto da pandemia tenham afetado os resultados em algumas áreas. Em cidades como Trairi (CE) e comunidades indígenas em Boa Vista (RR), as visitas têm sido cruciais para identificar precocemente condições de saúde, como o autismo, e ensinar práticas de "parentalidade positiva" às famílias, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado das crianças. Essas iniciativas demonstram o potencial das políticas públicas focadas na primeira infância em promover grandes mudanças sociais e econômicas, destacando a importância do investimento na educação e saúde desde os primeiros anos de vida.

[Link para a notícia](#)

CONFIRA O GUIA DE APOIO ÀS TRANSIÇÕES E ALOCAÇÃO DE MATRÍCULAS DOS ANOS FINAIS: A Undime, o Consed e o Ministério da Educação (MEC) lançaram o "Guia de apoio às transições e alocação de matrículas dos anos finais" durante uma videoconferência realizada em 16 de agosto. Este é o primeiro de uma série de dez guias do Programa Escola das Adolescências, focado em promover uma transição eficaz e acolhedora entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental. A iniciativa visa apoiar as redes de ensino na redução das desigualdades educacionais e no fortalecimento do diálogo com os adolescentes, visando diminuir a evasão escolar e melhorar a qualidade da educação.

[Link para a notícia](#)

ABERTA A ADESÃO AO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM MENTORIA DE DIRETORES ESCOLARES NO SIMEC: A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) abriu inscrições para o Curso de Aperfeiçoamento em Mentoria de Diretores Escolares, voltado para diretores e técnicos das Secretarias de Educação. As inscrições, que devem ser realizadas no Módulo PAR 4 do Simec, estarão abertas até o dia 28 de agosto de 2024. O curso, com carga horária de 210 horas, será oferecido de 23 de setembro de 2024 a 23 de março de 2025, em parceria com Universidades Federais. A formação visa aprimorar a gestão escolar e promover trocas de experiências entre os participantes.

[Link para a notícia](#)

MEC E FNDE DESTINAM RECURSOS PARA FORTALECER ESCOLAS E PROMOVER EQUIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: O Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicaram resoluções que ampliam o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nas modalidades Programa Escola e Comunidade (Proec) e PDDE Equidade. Essas iniciativas têm como objetivo fomentar a parceria entre escola, família e comunidade, além de destinar recursos suplementares para aprimorar a infraestrutura das escolas, promover a educação integral e reduzir desigualdades educacionais em todo o Brasil. As medidas visam beneficiar mais de 26 mil escolas, com ações que vão desde a promoção da

cultura de paz até a implementação de diretrizes voltadas à valorização da diversidade e equidade nas escolas.

[Link para a notícia](#)

FNDE: 151 ENTES FEDERATIVOS PODEM PERDER COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB NA MODALIDADE VAAT EM 2025: Um levantamento conjunto realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) identificou que 151 entes federativos estaduais e municipais ainda não disponibilizaram as informações contábeis, orçamentárias e fiscais de 2023 no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Caso esses entes não adotem medidas corretivas até 31 de agosto deste ano, eles não receberão a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na modalidade VAAT em 2025. A habilitação à complementação-VAAT é essencial para que as respectivas informações sejam apuradas e consideradas no cálculo do Valor Anual Total por Aluno (VAAT) de cada ente federativo. De acordo com a regulamentação do novo Fundeb, a complementação da União ao VAAT é destinada apenas aos entes cujo VAAT seja inferior ao Valor Anual Total Mínimo por Aluno/Ano (VAAT-MIN). Em 2025, a complementação da União ao VAAT representará 9% da receita total do Fundeb.

[Link para a notícia](#) [Lista dos inabilitados em 12/08/2024](#) [Comunicado FNDE de 12/08/2024](#)

FNDE DISPONIBILIZA NOVAS ATAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES: O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) anunciou a liberação das Atas de Registro de Preços nº 7/2024 e 8/2024, que podem ser acessadas pelo Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços (SIGARP). Essas atas permitem que Estados, Municípios e o Distrito Federal adquiram Kits de Materiais Escolares para alunos da educação básica, assegurando qualidade e eficiência. Além disso, o FNDE também oferece atas para a aquisição de ônibus escolares, ventiladores e, em breve, disponibilizará atas de mobiliário escolar e equipamentos de cozinha.

[Link para a notícia](#)

FNDE PUBLICA NOVAS REGRAS PARA REACTUAÇÃO DE OBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZANTE: O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) anunciou novas regras para a liberação de recursos e reactuação de obras na educação básica e profissionalizante. As mudanças, estabelecidas nas Resoluções nº 14 e nº 15, visam garantir maior controle e transparência na retomada e conclusão de construções, priorizando aquelas em andamento. Entre as novas diretrizes, está a exigência de documentos técnicos atualizados e a proibição de prorrogação de prazos para obras sem progresso significativo. As resoluções já estão em vigor, assegurando que os recursos sejam liberados com base em avanços físicos comprovados.

[Link para a notícia](#)

FNDE E UFG AVANÇAM COM LEVANTAMENTO ANUAL SOBRE O PDDE EM ESCOLAS DE TODO O BRASIL: O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) estão na fase final do Levantamento Anual de Programas Educacionais (Lapef) 2024, que avalia o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Quase seis mil escolas de todo o Brasil foram selecionadas para a pesquisa, que é essencial para melhorar a execução do PDDE. Com agosto sendo o último mês para a coleta de dados, a participação das escolas é crucial para garantir resultados precisos e significativos.

[Link para a notícia](#)

TEMPO INTEGRAL: VEJA PASSO A PASSO PARA ADESÃO AO PROGRAMA: O Ministério da Educação (MEC) abriu inscrições para o ciclo 2024-2025 do Programa Escola em Tempo Integral, destinado a fomentar novas vagas na jornada integral. Redes estaduais, municipais e distrital podem aderir até 31 de outubro de 2024 pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). O MEC disponibilizou um guia passo a passo para auxiliar na adesão ao programa, que tem como meta criar mais 1 milhão de novas matrículas, visando atingir 3,2 milhões até 2026.

[Link para a notícia](#)

EXPANSÃO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA BENEFICIARÁ MAIS 1 MILHÃO DE ESTUDANTES: O governo federal anunciou a ampliação do programa Pé-de-Meia, que agora beneficiará estudantes do ensino médio de escolas públicas cujas famílias estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e tenham renda per capita de até meio salário mínimo. Anteriormente, o benefício era exclusivo para estudantes de escolas públicas participantes do Programa Bolsa Família. Desde o início de 2024, 2,7 milhões de jovens já foram beneficiados pelo programa. A expansão, que inclui alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), começará a atender os novos beneficiários a partir de agosto, com os estudantes do EJA recebendo o benefício em setembro. Os Ministérios da Educação e da Fazenda publicaram normas para que estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino médio participem do programa Pé-de-Meia. Os incentivos financeiros variam de R\$ 200 a R\$ 3.000, dependendo da frequência, matrícula e conclusão dos estudantes. Estudantes de 19 a 24 anos, inscritos no CadÚnico e com renda per capita de até meio salário mínimo, poderão se beneficiar.

[Link para a notícia 1](#) [Link para a notícia 2](#)

SEMINÁRIO COMEMORA 5 ANOS DO PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS. O Seminário Internacional Comemorativo dos 5 anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância será realizado nos dias 29 e 30 de agosto de 2024, em Brasília, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Organizado por uma comissão interinstitucional, o evento visa destacar os avanços alcançados e os desafios futuros na implementação dos direitos da primeira infância.

[Link para a notícia](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Maridel Noronha
Tatiana Bello
Willer Moravia**